

Lacunas da história da conquista de Lisboa

N. Valdez dos Santos

Há perto de novecentos anos que Lisboa foi conquistada aos mouros mas, sobre este importante acontecimento, embora Alexandre Herculano tenha indicado¹ a existência de quinze fontes documentais coevas, praticamente só são conhecidas – e seguidas em estudos históricos – as chamadas “Cartas dos Cruzados Arnulfo e Osberno”², tenham estes sido os seus autores ou os destinatários.

São, no dizer de Alexandre Herculano, “fontes legítimas” sendo a Carta de Osberno “a mais circunstanciada e importante narrativa do sucesso”.

Na Carta de Arnulfo, escreveu este que “muitas cousas nos aconteceram, prósperas ou adversas, conforme as vicissitudes da guerra: mas para não sermos prolixos, passámo-las em silêncio e reservámo-las para os que queiram explicá-las pormenorizadamente, e alguns há que o queiram fazer”.

Foi pena que tivesse procedido assim pois, ao longo dos séculos, poucos foram os historiadores que procuraram “explicar” – pormenorizadamente ou em simples estudo – essas passagens que ficaram em silêncio e que hoje ainda são “lacunas” da história da conquista de Lisboa.

Independentemente desses “silêncios” há, nas cartas de Arnulfo e de Osberno, passagens de nítida fantasia, além de distorção e omissão de factos relevantes que devem ser apontados para que possam ser devidamente estudados.

A título de curiosidade não podemos deixar de referir que na carta de Osberno – considerado o “cronista dos cruzados” – constam fantasiosas alusões “às sereias de voz horripilante, primeiro como pranto, depois de riso e gargalhadas” ou ao “palácio de maravilhosa arquitectura” erguido numa das ilhotas das Berlengas ou, ainda à fantástica batalha das “grandes nuvens brancas, com as grandes nuvens negras”, além de ter escrito que se acreditava que, no sereno rio Tejo, “dois terços da corrente são de água e o outro é de peixes”.

Na Carta de Arnulfo também se regista, como fantasia, o extraordinário caso dos “mudos de nascimento a quem a divina clemência fez falar para testemunharem a paz eterna” daqueles que morreram pela conquista de Lisboa.

Mas, mau grado estas fantasias, as cartas de Arnulfo e Osberno são os melhores testemunhos coevos do que se passou, há quase novecentos anos, na conquista de Lisboa.

As passagens que o correr da história mostrou que foram distorcidas, nas cartas em causa, são, de uma maneira geral, todas aquelas que se referem à actuação das forças portuguesas que, no dizer de Alexandre Herculano, os dois cruzados buscam sempre “atribuir aos seus a glória principal daquele feito”.

Dos factos que foram “passados em silêncio” só imaginamos alguns, que procuraremos apontar, embora em breves palavras.

Para isso começamos por recordar que o cruzado Arnulfo escreveu que, por inspiração divina, de todas as partes da Terra veio reunir-se no porto inglês de Tredemus (Dartmouth) uma armada que ficaria conhecida pelo nome de “Armada de Deus” (Navales Dei Exercitus),

¹ *História de Portugal*, tomo III, notas a p.307.

² Neste texto seguiu-se a reprodução das cartas dos Cruzados constantes nas obras citadas de Alfredo Pimenta e de Ruy de Azevedo.

composta por duzentos navios, mas nada refere quanto às suas características principais, possibilidades marinheiras, qual a sua tripulação média por unidade e a carga que transportavam.

O cruzado Osberno também nada refere sobre esses navios mas dá a perceber que só navegariam à vela pois durante dois dias “detidos pela serenidade tranquila dos ventos, pouco ou nada avançamos”. No entanto, com ventos de feição, deviam ser muito velozes pois, em dois dias e tendo pernoitado em Peniche, fizeram a viagem do Porto a Lisboa.

Assim, não sabemos, ao certo, como seriam os barcos dos cruzados mas, pelas tempestades que arrostaram, tudo leva a crer que eram bastante robustos e com boas condições marinheiras, porém com pouca capacidade de carga, esta seria, totalmente, aproveitada para o transporte de algumas dezenas de passageiros³ – que seriam, também, remadores quando necessário – com as suas armas, poucos haveres, alguns víveres e a indispensável aguada.

A não descrição dos barcos utilizados pelos cruzados e o seu navegar foi, a nosso ver, uma das “passagens silenciosas” de Arnulfo e Osberno e cujo estudo hoje se impõe para uma melhor interpretação da História da conquista de Lisboa.

Embora os cruzados não esperassem ser “perturbados nem pela agitação das tempestades nem pela fúria dos ventos” a verdade é que foram açoitados por violentíssimos temporais que destroçaram os seus navios, arrastando-os para a costa da Galiza.

Recompostos e depois de terem visitado o “sepulcro de Sant’Iago” rumaram para a foz do Douro e foram fundear junto à cidade do Porto onde, por ordem de D. Afonso Henriques – que se encontrava “lutando contra os mouros”, como escreveu Osberno – esperava-os o Bispo do Porto, para lhes propor que auxiliassem os portugueses na conquista de Lisboa.

Logo que obtida a anuência dos cruzados determinava o Rei D. Afonso Henriques que o Bispo do Porto “e quantos o quizessem fazer” deviam seguir para Lisboa na “companhia dos cruzados”.

Nesta passagem levantam-se dois pontos que os cruzados deixaram em silêncio: onde estava o Rei de Portugal quando chegaram ao Porto e como teria sido a viagem do Porto para Lisboa, a bordo da armada, na companhia dos prelados e cavaleiros portugueses.

Para alguns autores dos nossos dias D. Afonso Henriques estava a cercar Lisboa, mesmo antes de saber que podia contar com o auxílio dos cruzados⁴ mas, para outros, estaria nos arredores do Porto, ou nos de Coimbra ou, então, em Santarém. Fosse qual fosse a sua localização, estava ausente do Porto, “lutando contra os mouros”, como escreveu Osberno.

O outro ponto que levanta dúvidas é a ordem do Rei ao Bispo do Porto e a “quantos o quizessem fazer” para seguirem, na companhia dos cruzados, para Lisboa.

De novo a opinião dos historiadores está dividida: para uns o Bispo do Porto e o Arcebispo de Braga teriam sido companheiros de Osberno na viagem para Lisboa; para outros, estes dois prelados juntamente com os Bispos de Lamego e Viseu “assim como muitos cavaleiros portugueses” teriam viajado na Armada dos cruzados, o que é refutado por alguns estudiosos pois os seus navios deviam navegar tão ajoujados que seria impossível transportar altos dignatários eclesiásticos, certamente com grande número de acompanhantes e criadagem, e, ainda, muitos cavaleiros portugueses.

Reforça esta suposição o facto de, quase no final do cerco de Lisboa, a 21 de Outubro, ter morrido em combate o “rector da galeata regis”, ou seja, o comandante das galés do Rei, prova evidente que navios de guerra portugueses estavam no Tejo.

Como escreveu⁵ em nossos dias Augusto de Oliveira, D. Afonso Henriques e “parte do seu exército (pequena ou grande, não o sei dizer) viria em galés fechar o cerco pelo Tejo”. Assim, é muito provável que os prelados e cavaleiros portugueses tivessem embarcado nos nossos navios, razão pela qual os cruzados os não referem como companheiros de viagem.

³ A. Herculano, *op. cit.*, nota (1) p.11, indica que cada barco transportava de 60 a 70 homens.

⁴ Consulte-se A. Oliveira, *op.cit.*, na Bibliografia.

⁵ Idem.

Segundo Arnulfo só no “dia um de Julho fixámos em volta dela (Lisboa) as nossas tendas e, ajudados da fortaleza divina, tomámos o seu arrabalde” mas, autores de renome da nossa História, embora tivessem seguido, muito de perto, as citadas cartas dos cruzados, atribuem datas diversas para o começo do cerco de Lisboa.

Assim, para Augusto de Oliveira “em princípios de Junho D. Afonso Henriques iniciava contra Lisboa uma acção guerreira ... por conseguinte sem contar com o auxílio dos Cruzados”.

Para outros, como Cristóvão Aires⁶, só no dia vinte e nove de Junho chegou D. Afonso Henriques a Lisboa, contando previamente com a “armada sua auxiliar e aliada”. Alexandre Herculano não é muito preciso indicando, apenas, que antes do dia de S. Pedro “tinha já chegado com o seu exército o rei de Portugal”.

É, pois, mais uma das “passagens” que teria sido silenciada pelos cruzados: a data precisa em que começou o cerco de Lisboa.

Mas há muitos outros aspectos fulcrais da conquista de Lisboa que os cruzados nada indicaram, quando poderiam ter dito muito. Gostaríamos de os apontar mas, a limitação imposta a este texto e o facto que não passa de um simples alinhar de ideias, não nos permite fazê-lo. Contudo não vamos terminar sem focar dois aspectos que foram pouco desenvolvidos nas cartas de Arnulfo e Osberno, não obstante a sua relevância.

Trata-se do enorme emprego de “minas” e trabalhos de sapa, de artilharia neurobalística e de engenhos de guerra.

No dizer de Cristóvão Aires⁷ as minas “tiveram um papel principalíssimo na tomada de Lisboa”. Alexandre Herculano indica que uma delas “era singular pela sua grandeza ... espécie de caverna a que davam acesso cinco entradas diversas e que levou um mez a abrir”.

Teria sido necessária muita ferramenta para escavar o duro terreno lisboeta e muitas toneladas de mato e de lenha que, incendiados, provocaram o ruir das muralhas numa extensão que um dos cruzados diz ser de trinta côvados e o outro de duzentos pés. Infelizmente nenhum deles é prolixo quanto à execução dos trabalhos de sapa e do “minar o chão”, e ambos são omissos quanto à proveniência das ferramentas e materiais combustíveis.

Quanto ao elevado número de ferramenta – picaretas, pás, alavancas e outros apetrechos – que, forçosamente, teve de ser utilizada naqueles trabalhos de escavação, não o podemos calcular nem imaginar a sua proveniência. Quanto à lenha podemos admitir proveniente das muitas árvores – figueiras, oliveiras, limoeiros e matos secos – que rodeavam a Lisboa mourisca, trazida até junto das muralhas, quer a rojo quer a baste, pela “rédua de cavalgaduras”, isto é, pelos solípedes e muares indispensáveis a um acampamento medieval.

Assim julgamos que este ponto é mais uma lacuna a desvendar na História da conquista de Lisboa.

Os dois cruzados, cujas cartas estamos a seguir, bem como algumas das fontes documentais, cronistas e historiadores, todos são unânimes em apontar o grande emprego de artilharia neurobalística, máquinas e engenhos de guerra no cerco de Lisboa.

Com efeito há referências a pesados engenhos servidos por cem homens, capazes de atirar cinco mil pedras em cada dez horas; a altaneiras torres móveis com noventa e cinco e oitenta e três pés de altura, de “admirável solidez”; a uma “engenhosa máquina” que, como um braço gigante lançava uma forte ponte de traves; a uma “gata romanisca”; além de várias catapultas, ouriços e balistas.

Todos os autores são concordes que estas máquinas de guerra e artilharia neurobalística foram construídas nos locais de combate pelos cruzados “... com uma pequena ajuda portuguesa”.

Porém não há nenhum autor, quer de outras eras quer dos nossos tempos, – mesmo os melhores historiadores – que aluda à maneira como os materiais necessários à construção de

⁶ *Op. cit.*, na Bibliografia, vol. IV, p.103 e 105.

⁷ *Idem*, p.117.

tão portentosas máquinas poliocérticas e engenhos de guerra chegaram ao campo de acção do cerco de Lisboa.

Podemos afirmar – sem receio de errar – que esses materiais não vieram nos navios dos cruzados, assaz pequenos, abarrotados de carga e que, na sua navegação, desde Inglaterra, foram assolados por violentas tempestades que, certamente, os obrigariam a alijar toda a carga que, porventura, transportassem.

Também podemos afirmar que, de maneira nenhuma, teriam sido transportados pelas forças de D. Afonso Henriques pois, os portugueses não utilizavam qualquer tipo de artilharia neurobalística e engenhos de guerra.

Os cruzados silenciaram a origem desses materiais e, nenhum dos nossos historiadores procurou colmatar esse silêncio. Porém, a História, através de pequenas pontuadas nas fontes documentais permite esclarecer que todos os materiais e madeiramentos necessários à construção desses gigantescos engenhos e máquinas de guerra foram retirados dos navios e seus cascos. Assim, dos mastros, das vergas, dos remos, das vigas e mais impedimenta, faziam os esqueletos das altaneiras e fortes torres que, depois, eram “forradas de couros de boi”, dos muitos mortos para a alimentação das tropas, tudo coberto por uma “forte bastida de vimes tecidos”, obtidos nas ribeiras que desaguavam no Tejo.

Findas as hostilidades, pacientemente, reconstruíram os seus navios, o que nem sempre era possível. A comprovar esta prática de obtenção de materiais há uma carta papal, datada de 26 de Janeiro de 1217⁸ – embora respeitante ao auxílio dos cruzados na conquista de Alcácer do Sal – em que o Sumo Pontífice dirige-se aos Bispos de Lisboa, de Évora e ao Prior de Palmela para que “dispensem do voto de seguir para a Terra Santa os cruzados pobres e os dos oito barcos que foram desfeitos para a construção de máquinas com que tomaram o Castelo de Alcácer”.

Outras passagens das cartas dos cruzados Arnulfo e Osberno poderiam ser apontadas mas, pensando como há centenas de anos escreveu Arnulfo, “reservámo-las para os que queiram explicá-las pormenorizadamente” e, oxalá, que historiadores e estudiosos de hoje, o façam num amanhã muito próximo.

Bibliografia

Livros

AMARAL, Diogo Freitas do – *D. Afonso Henriques. Biografia*. Lisboa, Livraria Bertrand, 2000, p.130-144.

AYRES, Cristóvão – *História do Exército Português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, vol. IV, p.98-145.

BRANDÃO, Frei António – *Crónica de D. Afonso Henriques*. Porto, Livraria Civilização, 1943, p.111-125.

HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*. Lisboa, Livraria Bertrand, (9ª.edição), tomo III, p.7-25.

PIMENTA, Alfredo – *Fontes Medievais da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982 (2ª.edição), vol. I, p.107-123 e 133-140.

⁸ Transcrita, parcialmente, pelo Dr. J. Vasconcelos e Menezes em “Armadas Portuguesas. Os Marinheiros e o Almirantado”, Lisboa, Academia de Marinha, 1989, p.19.

SANTOS, N. V. – *A Artilharia Neurobalística e os Navios das Cruzadas na Conquista de Lisboa*. Lisboa, Academia da Marinha, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Verbo, vol. I, p.96-99.

Artigos

AZEVEDO, Ruy de – A Carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberno de Bawdrey sobre a conquista de Lisboa em 1147. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, tomo VII, vol. II (1957), p.343-370.

OLIVEIRA, José Augusto de – A Conquista de Lisboa. In *Lisboa, Oito Séculos de História*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p.120-141.
– D. Afonso Henriques empreendeu a conquista de Lisboa sem contar com o auxílio dos cruzados. In *Congresso do Mundo Português*. Lisboa, 1940, vol.II, p.108-128.